

Bons motivos para fechar negócio com o Brasil

O governo brasileiro e os representantes dos bancos credores anunciaram, na quinta-feira, a suspensão das tratativas para a renegociação da dívida externa brasileira. Tal fato ocorreu no mesmo dia em que o presidente eleito Tancredo Neves declarava, em entrevista coletiva, que seu governo acataria os compromissos assumidos pela atual administração federal.

Tal sincronia mostra, antes de mais nada, que os representantes do atual e do próximo governo trabalham muito bem sintonizados. Mas demonstra, sobretudo, que o Brasil tem margem de manobra para conseguir um acordo razoável para a rolagem de seus compromissos externos.

Aos credores, efetivada a suspensão das negociações, há duas alternativas: ou procuram fechar um ajuste antes de 15 de março, com a garantia do presidente eleito de que cumprirá as cláusulas desse acordo, ou deixam para depois. Como a questão central que

ainda retarda um acordo parece ser a do spread, aqui se trata de saber o tamanho do prejuízo que admitem aceitar. Seu montante, caso aceitassem a última proposta brasileira deixada sobre a mesa, rondaria a casa de US\$ 1 bilhão. Autoridades da atual administração acham que se pode conseguir um acordo em que o prejuízo fique sensivelmente reduzido, para os níveis de, quem sabe, US\$ 500 milhões a US\$ 700 milhões.

Se deixarem a negociação para depois de 15 de março, arriscam-se os credores a ter de assistir a uma grande discussão nacional sobre a dívida externa, que retomaria temas há muito ultrapassados nessa longa história, como a moratória unilateral.

Em consequência, fechar um acordo honroso agora, que venha a ser respeitado no futuro, a salvo da natural efervescência que cerca a posse de qualquer novo governo (e sobretudo quando se tra-

ta da passagem de um governo militar para um civil), poderá ter contornos, em pouco tempo, para os banqueiros, de um "negócio de ocasião", daqueles que, se não forem feitos na hora certa, poderão provocar um fundo arrependimento posteriormente.

Ao Brasil interessa, neste momento, obter condições pelo menos tão favoráveis quanto as do México. O desempenho deste no saneamento de sua economia para o cumprimento de seus compromissos foi semelhante ao do Brasil, ainda que tivesse vantagens relativas substancialmente melhores que as nossas, seja devido à proximidade e articulação da economia mexicana com a norte-americana, seja pelo fato de já contar, há muito tempo, com um regime civil de sólida base popular, o que lhe permitiu administrar a austeridade com constrangimentos menos traumáticos do que o Brasil.

Em vista disso tudo, não será

demais pedirem os negociadores brasileiros um tratamento equitativo. Aceitar esse critério será, por parte dos credores, uma prova de serenidade e maturidade no trato com países devedores que só poderá beneficiar as relações que, bem ou mal, sempre deverão manter.

Assumirem os banqueiros uma atitude intransigente, neste momento delicado de transição política, não seria apenas evidência de insensibilidade para as dificuldades que estariam criando para o velho governo, para o novo e para os próprios credores. Seria, no limite, cortar o galho em que estão sentados, pois, com tal atitude, hoje mais do que nunca, o antagonismo em relação ao Brasil poderia reacender, com muito melhores chances de êxito, as velhas idéias do pacto dos devedores. E por isso que tudo leva à cooperação, e esse precioso tempo que ainda resta, do mandato do atual governo, não deve ser desperdiçado.